



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 14/SES/ASSJUR-JR/2020

PROCESSO Nº 1320.01.0085819/2019-27

## JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

**ASSUNTO:** Recurso

**AUDITADO:** Secretaria Municipal de Saúde

**MUNICÍPIO:** Andrelândia

**NMAA:** Sudeste/ Juiz de Fora

**SRS:** Juiz de Fora

**Nº PROCESSO SEI:** 1320.01.0085819/2019-27

**ATIVIDADE SISAUD:** 589

**RECORRENTES:**

- **Secretaria Municipal de Saúde** (Representada pela **Sra. Adeodata Kenea Leite dos Santos**, Secretária Municipal de Saúde, desde 01/04/2019) •

**Sra. Betânia de Carvalho Moreira**

## RELATÓRIO

Trata-se Auditoria Especial realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Centro Sul na Secretaria Municipal de Saúde no município de Andrelândia, no período de 17/09/2019 a 20/09/2019, que originou os Ofícios SES/AUDSUS nº 399/2020, 400/2020 e 401/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

### ***Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:***

*1 - Constatação: 585444 - A equipe do SRCA não é capacitada de forma permanente. Em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, Inciso V.*

*2 - Constatação: 584595 - Prontuários incompletos quanto ao preenchimento. Em desacordo com a RDC ANVISA nº 63/2011, Seção IV Do Prontuário do Paciente, art. 24, 26 e 27 e Resolução CFM nº 2.217/2018, art. 87, § 1º- Código de Ética Médica.*

***Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência da constatação:***

*3 - Constatação: 584588 - Prontuários referentes as internações pagas pelo SUS no período de janeiro a dezembro de 2017 no Hospital Municipal Dr. José Gustavo Alves não apresentados em sua totalidade.  
Em desacordo com a Resolução CFM nº 2.217/2018, Capítulo X, art.87, § 1º e 2º Código de Ética Médica e Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 (Item 4.4.3 aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2º).*

**PARECER**

As Recorrentes se manifestaram conjuntamente, por meio do documento ***Recurso do Auditado (22428178)***, do Processo SEI nº: 1320.01.0085819/2019-27, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade dos recorrentes:

***1 - Constatação: 585444 - A equipe do SRCA não é capacitada de forma permanente.***

***2 - Constatação: 584595 - Prontuários incompletos quanto ao preenchimento.***

***3 - Constatação: 584588 - Prontuários referentes às internações pagas pelo SUS no período de janeiro a dezembro de 2017 no Hospital Municipal Dr. José Gustavo Alves não apresentados em sua totalidade.***

**Manifestação do Auditado:**

A manifestação das Recorrentes consta no documento: ***Recurso do Auditado (22428178)*** do Processo SEI nº: 1320.01.0085819/2019-27.

**Análise:**

As Recorrentes não se manifestaram em relação ao item ***1 (constatação: 585444)***. Dessa forma, somos pela manutenção da penalidade imposta.

Em relação ao item ***2 (constatação: 584595)***, as Recorrentes alegaram que os conceitos e regramentos definidos pelo CFM são direcionados aos profissionais médicos e à organização das Comissões Internas do Conselho e que o prontuário médico é um instrumento da relação médico-paciente, de competência e responsabilidade do próprio profissional médico.

Diante de tais alegações, cabe trazer a lume a Resolução MS/RDC ANVISA nº 63

de 25 de novembro de 2011, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde:

*CAPÍTULO I*

*DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS*

*(...)*

*Seção II*

*Abrangência*

**Art. 3º Este Regulamento Técnico se aplica a todos os serviços de saúde no país, sejam eles públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.**

*Seção IV*

*Do Prontuário do Paciente*

*Art. 24. A responsabilidade pelo registro em prontuário cabe aos profissionais de saúde que prestam o atendimento.*

*Art. 25. A guarda do prontuário é de responsabilidade do serviço de saúde devendo obedecer às normas vigentes.*

*§ 1º O serviço de saúde deve assegurar a guarda dos prontuários no que se refere à confidencialidade e integridade.*

*§ 2º O serviço de saúde deve manter os prontuários em local seguro, em boas condições de conservação e organização, permitindo o seu acesso sempre que necessário.*

**Art. 26. O serviço de saúde deve garantir que o prontuário contenha registros relativos à identificação e a todos os procedimentos prestados ao paciente.**

**Art. 27. O serviço de saúde deve garantir que o prontuário seja preenchido de forma legível por todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente, com aposição de assinatura e carimbo em caso de prontuário em meio físico.** (destacamos)

Pelo exposto, fica evidente a responsabilidade pelos registros nos prontuários por parte dos profissionais médicos, além dos prestadores de serviços de saúde que devem garantir o cumprimento das regras citadas por todos os profissionais que são de sua responsabilidade. Nesse sentido, entendemos pela manutenção da penalidade de Advertência Escrita e subsequente comunicação do fato constatado ao Conselho Regional de Medicina/MG, conforme impõe o Relatório Final de Auditoria.

Em relação ao item **3 (constatação: 584588)**, as Recorrentes alegaram que o Prontuário Médico não resguarda relação indissociável com a prestação de contas municipais dos recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Saúde e que os Municípios devem prestar contas dos recursos encaminhados pela FES/SES, conforme requisitos definidos no Decreto Estadual nº 4.761/2008, regulamentado pela Resolução SES-MG nº 1.516/2008. Por fim, citaram que a Legislação não vincula a comprovação dos dispêndios financeiros a nenhum documento específico de atribuição médica, portanto, a comprovação das Autorizações de Internações Hospitalares não se vincula a apresentação obrigatória do Prontuário Médico.

De acordo com o Relatório Final de Auditoria, a equipe de Auditores da SES-MG constatou que:

*“Para cada prontuário não apresentado durante a auditoria foram encaminhados os seguintes documentos (anexos): Laudo de Regulação do SUS Fácil, Laudo para solicitação de AIH em 3 vias, Termo de responsabilidade, Termo*

*de ciência para acompanhantes, Ficha de anamnese e exame físico, Boletim de internação e alta, Sumário de alta em 2 vias, Declaração do paciente ou responsável com data atual confirmando sua internação no período e Declaração do médico assistente com data atual confirmando o atendimento e o procedimento realizado no período. Alguns destes documentos ainda vieram em branco, assim como algumas anamneses sem identificação do paciente.”*

Ainda de acordo com os Auditores da SES-MG:

*“Portanto a análise dos documentos enviados não evidenciou que se trata dos prontuários legítimos referentes as AIHs de número: 311710097242-5, 311710112675-5, 311710116734-5, 311710117856-5, 311710128222-9, 311710129572-6, 311710131399-7, 311710145248-7, 311710145251-0, 311710146826-1, 311710146830-5, 311710148657-6, 311710150202-0, 311710151369-1, 311710146815-1, uma vez que os mesmos não possuem registro de evolução diária do paciente pela equipe multiprofissional, com data e hora, discriminação de todos os procedimentos aos quais o mesmo foi submetido e identificação dos profissionais que os realizaram, prescrição médica, resultados de exames, entre outros itens obrigatórios, conforme determina a legislação.”*

Nesse sentido, a equipe concluiu que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

A imprecisão da documentação analisada pelos Auditores da SES-MG, não demonstrou que se tratava de Internação e procedimentos de fato realizados no hospital, uma vez que sequer estão acompanhados de exames e identificação de profissionais que realizaram procedimentos. Nesse sentido, tendo em vista a falta de documentação probatória capaz de afastar a irregularidade encontrada, somos pela manutenção da Penalidade de Advertência Escrita ao Auditado e subsequente comunicação do fato constatado ao CRM/MG, após conclusão do processo administrativo, bem como a aplicação da Medida Corretiva de Ordem de Devolução imposta, conforme o Relatório final de Auditoria.

## **CONCLUSÃO**

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, negando-lhe provimento para manter as penalidades e medidas corretivas impostas ao Auditado.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2020.